



Planos Municipais da Mata Atlântica

CURSO ONLINE DE CAPACITAÇÃO PARA OS PLANOS MUNICIPAIS DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

MODELO DE PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA

ABRIL DE 2018

Realização:



Apoio:



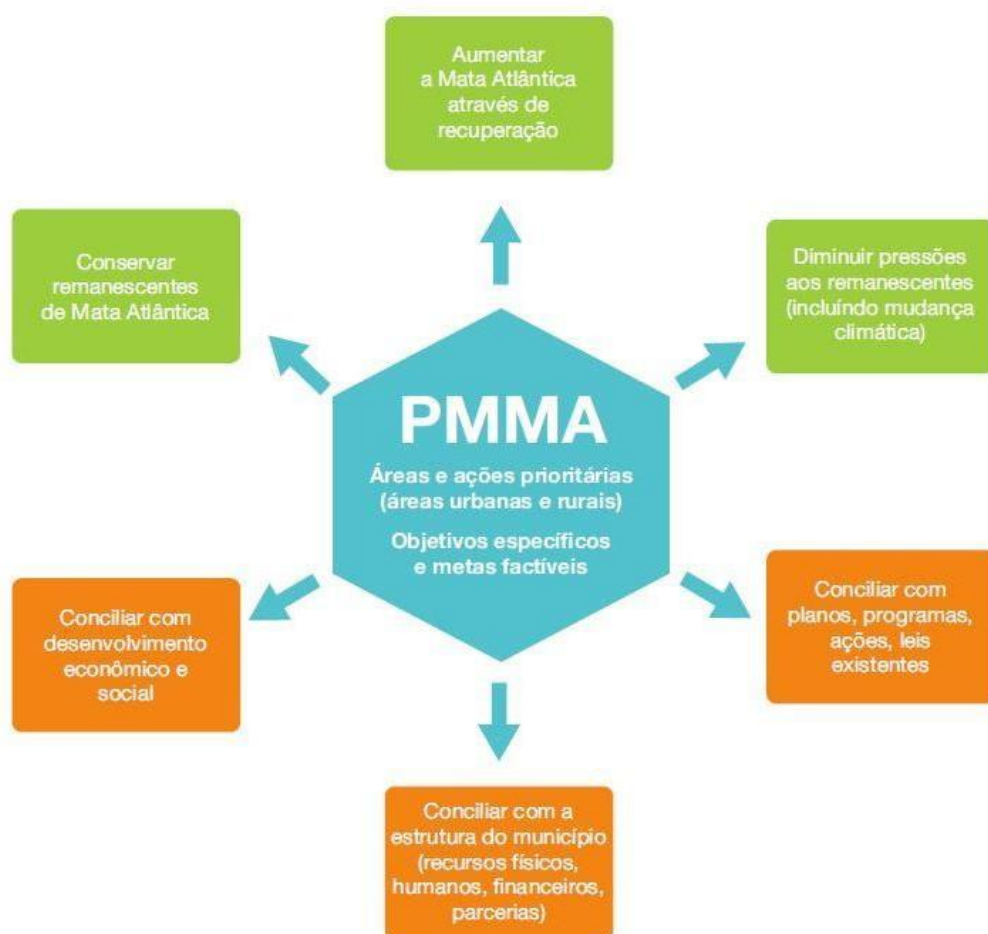
INTRODUÇÃO

O que são os Planos Municipais da Mata Atlântica?

Devido sua importância e grau de ameaça, a Mata Atlântica foi protegida por lei específica, a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006, regulamentada pelo Decreto 6660/2008), que dispõe sobre a utilização e proteção da sua vegetação nativa. O art. 38 da referida lei instituiu o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), abrindo a possibilidade de os municípios, cujo território está total ou parcialmente nela inserido, atuarem proativamente na defesa, conservação e restauração da vegetação nativa da Mata Atlântica, através de definição de áreas e ações prioritárias.

A definição do conteúdo mínimo de um PMMA foi dada pelo Decreto Federal 6.660/2008:

LEGISLAÇÃO	Decreto 6.660/2008 CAPITULO XIV - Do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica Art. 43. O plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, de que trata o art. 38 da Lei 11.428/2006, deverá conter, no mínimo, os seguintes itens: I - diagnóstico da vegetação nativa contendo mapeamento dos remanescentes em escala de 1:50.000 ou maior; II - indicação dos principais vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa; III - indicação de áreas prioritárias para conservação e recuperação da vegetação nativa; e IV - indicações de ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da vegetação nativa e de conservação e utilização sustentável da Mata Atlântica no Município. Parágrafo único. O plano municipal de que trata o caput poderá ser elaborado em parceria com instituições de pesquisa ou organizações da sociedade civil, devendo ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.
------------	---



Objetivos e aplicações do PMMA.

MODELO PARA A ELABORAÇÃO DO PMMA

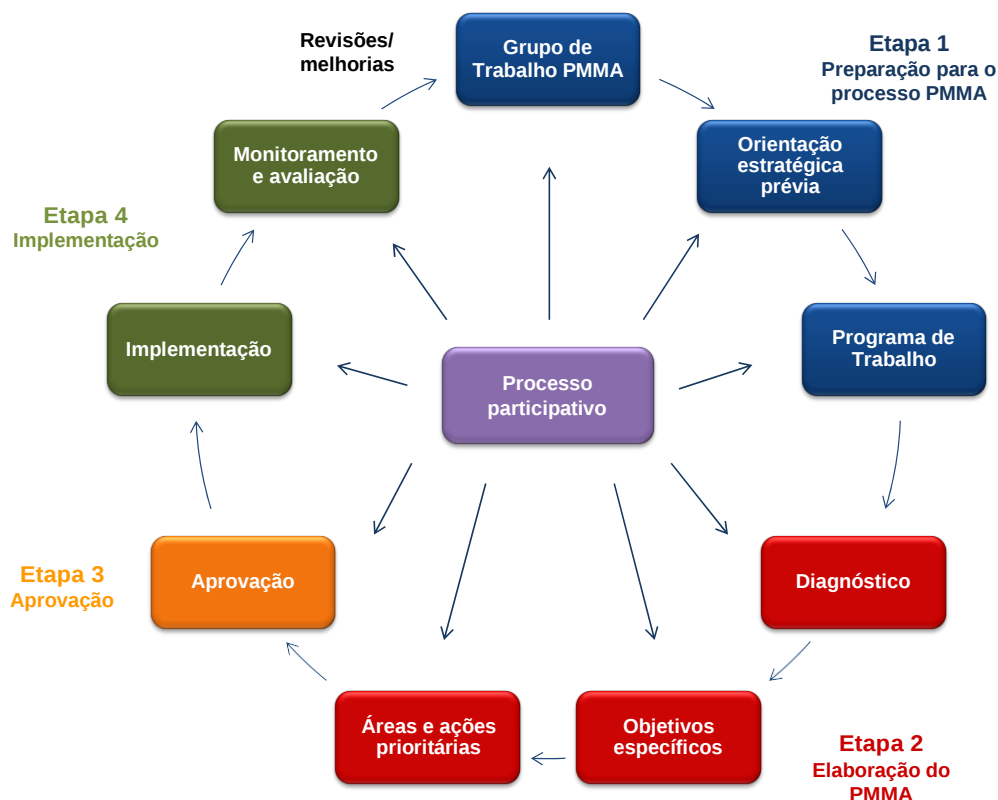
Os PMMA buscam retratar a realidade de cada município, sendo uma oportunidade para orientar as ações públicas e privadas, bem como para a atuação de entidades acadêmicas, de pesquisa e das organizações da sociedade, empenhadas em promover a conservação dos remanescentes de vegetação nativa e da biodiversidade existentes na Mata Atlântica. O PMMA tem mostrado ser uma grande oportunidade também para o fortalecimento da gestão ambiental municipal, fortalecendo tanto o órgão municipal do meio ambiente como também o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

- Este modelo faz parte do curso de capacitação para elaboração do PMMA, cujos demais materiais didáticos podem ser obtidos pelos inscritos no site do projeto (www.pmma.etc.br).
- O modelo foi preparado levando em conta recomendações do “*ROTEIRO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA*”, elaborado de forma participativa pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e disponível na biblioteca do site, recentemente revisado.
- Este modelo é informativo e apresenta sugestões práticas provenientes de experiências anteriores. As diretrizes gerais das sugestões são (1) cumprir o que exige a legislação (2) agregar valor ao plano para sua máxima eficácia (3) simplificar o documento e (4) orientar implementação. Em algumas seções há sugestão de volume de texto em páginas. Naquelas em que não há sugestão considera-se que o volume de texto depende do processo e características de cada município.
- Os itens que são de conteúdo mínimo exigido pelo Decreto nº 6.660, de 21/11/2008 têm seus títulos indicados desta forma: **ITEM DE LEGISLAÇÃO**.
- Os demais itens são derivados de recomendações do “Roteiro Metodológico” e de boas práticas recomendadas pela Ambiental Consulting.
- As equipes de elaboração devem lembrar que certos itens, particularmente os que não são marcados como exigidos pela legislação, podem ser menos aprofundados numa primeira versão do Plano. Inclusive de acordo com a orientação estratégica prévia. Nesse caso, o Plano pode indicar estudos para melhoria das informações relacionadas em revisões futuras.
- Os *textos em itálico* são comentários nossos que devem ser substituídos pelos textos apropriados em cada Plano elaborado.
- Os quadros-exemplo, quando utilizados, devem ser preenchidos com as informações específicas do município.

MAIS INFORMAÇÕES E REFERÊNCIAS PODEM SER ENCONTRADAS NO SITE DO PROJETO: www.pmma.etc.br

ETAPAS DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DA MATA ATLÂNTICA

O roteiro recentemente revisado propõe as seguintes etapas para o processo de elaboração e implementação do PMMA:



Todo o processo de elaboração do PMMA deve ter como preocupação central a sua objetividade e exequibilidade, com foco na realidade e nas vocações do município, de forma a promover uma implementação mais efetiva. Esta é a essência da realização de uma orientação estratégica prévia: tornar o PMMA não um documento padrão ou meramente burocrático, mas algo que seja específico e útil para cada município. Nesse sentido, haverá melhoria contínua a cada ciclo de monitoramento, avaliação e revisão do Plano.

Outras duas questões devem ser transversais a todo o processo. Uma é tornar o processo o mais participativo possível. A outra é considerar os efeitos da mudança do clima (MC) no planejamento municipal, incorporando medidas mitigadoras ou de adaptação, principalmente aquelas baseadas nos ecossistemas da Mata Atlântica.

**MODELO DE PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA (*e outro bioma se
existente no município*)**

MUNICÍPIO:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

LOCAL, DATA

Sumário

I. APRESENTAÇÃO	7
II. INTRODUÇÃO	7
III. RESUMO DO DIAGNÓSTICO	7
III.1 PRIMEIRA DIMENSÃO: REMANESCENTES DE MATA ATLÂNTICA	7
III.2. SEGUNDA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: VETORES DE DESMATAMENTO OU DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA	10
III.3 TERCEIRA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: CAPACIDADE DE GESTÃO	12
III.4 QUARTA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: PLANOS E PROGRAMAS	13
III.5. SISTEMATIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	14
IV. OBJETIVOS PMMA	14
V. ÁREAS PRIORITÁRIAS	15
V.1 RESUMO DOS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO	15
V.2 LISTA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS	15
VI. AÇÕES PRIORITÁRIAS	15
VI. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	17
VI.1 MONITORAMENTO	17
VI.2 AVALIAÇÃO	17
VII. ANEXOS	17
ANEXOS	18
ANEXO I: Legislação Ambiental relacionada ao PMMA	18

I. APRESENTAÇÃO

Incluir um pequeno texto de contextualização histórica e socioeconômica do município. Mapas podem ajudar a descrição, incluindo inserção regional, bairros, geografia, população, principais atividades econômicas etc.

(Sugestão de tamanho: 2 a 3 páginas)

II. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, explicar resumidamente:

- *Como foi a iniciativa de elaborar o Plano*
- *Quais foram as instituições que participaram da elaboração do Plano*
- *Quais foram as etapas de elaboração do Plano, por exemplo:*
 - *Mobilização e institucionalização*
 - *Oficinas, seminários, consultas públicas e outras atividades realizadas;*
- *Período (meses) e principais fontes de informações*
- *Quantidade de pessoas envolvidas do Poder Público, ONGs, universidades, empresas etc.*
- *O resultado da orientação estratégica prévia, destacando os objetivos e temas específicos que foram priorizados*

(Sugestão de tamanho: 2 páginas)

III. RESUMO DO DIAGNÓSTICO

Descrever de forma sucinta as informações mais úteis coletadas na etapa de diagnóstico. Não é preciso e não se deve transcrever toda a informação solicitada, apenas um resumo e fatos mais relevantes. Excesso de informações pode afastar o interesse pelos resultados mais importantes. O PMMA pode ter um relatório técnico de diagnóstico a parte.

Grande parte dos dados e informações necessários à caracterização do Município pode ser obtida por meio de consulta aos outros documentos de planejamento e gestão existentes, como o Plano Diretor Municipal, o Plano da Bacia Hidrográfica, o Plano Municipal de Saneamento, entre outros, assim sugerimos que o primeiro levantamento seja o de Planos e Programas existentes.

III.1 PRIMEIRA DIMENSÃO: REMANESCENTES DE MATA ATLÂNTICA

- *Levantamento dos remanescentes de MA*

Este é um ITEM DE LEGISLAÇÃO.

Deve incluir o mapeamento dos remanescentes no município em escala 1:50.000 ou mais detalhada. Se não couber no documento principal coloque uma redução no documento principal e os demais mapas para os anexos do plano. Os remanescentes devem ser caracterizados como se revelam atualmente – “retrato atual” –, descrevendo seu grau de conservação e degradação, conforme informações existentes, seja por meio de levantamentos ou imagens aéreas.

OUTROS ITENS QUE ENRIQUECEM O DIAGNÓSTICO:

É importante que todas as informações passíveis de espacialização sejam colocadas em mapas. Sugere-se também utilizar tabelas como forma prática de ler e como forma de limitar as informações aquelas mais úteis:

- **Meio físico**

Convém sobrepor os mapas de clima, hidrografia e relevo para delimitar as APPs hídricas e de declividade, além de subsidiar a identificação de áreas de risco e de fragilidade ambiental.

- **Áreas de risco e fragilidade ambiental**

Convém cruzar os mapas de risco e de fragilidade ambiental com o de remanescentes para identificar aqueles mais ameaçados por desastres ambientais e erosão. Sugere-se identificar essas áreas que abrangem um ou mais remanescentes e que estão em áreas de maior risco e fragilidade, conforme o quadro a seguir:

Área	Localização	Nível de fragilidade	Grau de risco	Interesse para o PMMA
				Comentar os riscos sobre o(s) remanescente(s) e se existe alguma medida tomada ou pretendida para redução dos riscos

- **Fitofisionomias originais**

Convém sobrepor o mapa das fitofisionomias com o dos remanescentes atuais. Se não for possível, ao menor inserir tabela contendo informações básicas como a sugerida a seguir:

Fitofisionomia	Áreas de ocorrência	Interesse para o PMMA
		Comentar a representatividade da fitofisionomia em relação às outras existentes no município, onde estão e qual o status de conservação de seus principais remanescentes. (para manquezais e restingas, incluir no mapa de APPs do item anterior)

- **Levantamentos de vegetação**

Convém levantar e tabular (conforme quadro abaixo) as espécies endêmicas e/ou ameaçadas e/ou de uso tradicional ou valor simbólico. Se possível, as áreas de ocorrência dessas espécies devem ser mapeadas.

Espécie	Grau de endemismo (nenhum, local, regional, bioma)	Grau de ameaça	Tipo(s) de ameaça	Uso tradicional ou valor simbólico	Principais áreas de ocorrência no município

- **Levantamentos de fauna**

Convém levantar e tabular (conforme quadro abaixo) as espécies endêmicas e/ou ameaçadas e/ou de uso tradicional ou valor simbólico. Se possível, as áreas de ocorrência dessas espécies devem ser mapeadas.

Espécie	Grau de endemismo (nenhum, local, regional, bioma)	Grau de ameaça	Tipo(s) de ameaça	Uso tradicional ou valor simbólico	Principais áreas de ocorrência no município

- **Áreas protegidas em imóveis rurais**

Convém acrescentar as áreas de reserva legal dos imóveis rurais ao mapa de APPs elaborado anteriormente e dados do CAR – Cadastro Ambiental Rural.

- **Áreas protegidas urbanas**

As áreas verdes podem ser levantadas e tabuladas conforme sugerido a seguir:

Nome da área verde urbana	Localização	Interesse para o PMMA
Nome		Comentar se a área pode ser considerada um remanescente, se tem potenciais matrizes para reprodução, qual o estado de conservação da área ou outros fatos de interesse para o plano.

- **Unidades de conservação**

Além de mapear as unidades de conservação localizadas parcialmente ou totalmente no município, convém tabular as informações como sugerido a seguir:

Nome da UC	Tipo da área	Plano de manejo?	Comentários
Nome	Parque Municipal Parque Estadual RPPN Etc.	(SIM/NÃO)	Incluir comentários sobre espécies especialmente protegidas, situação prática da gestão, se há invasões, zona de amortecimento etc.

- **Populações tradicionais**

Além de mapear os territórios habitados por indígenas, quilombolas, caiçaras e outras populações tradicionais localizados parcialmente ou totalmente no município, convém tabular as informações como sugerido a seguir:

Nome da comunidade	Tipo (quilombola, indígena, etc.)	Localização	População	Área ocupada

- **Atrativos naturais, histórico-culturais arqueológicos**

Os atrativos podem ser levantados e tabulados conforme sugerido a seguir:

Nome do atrativo	Localização	Interesse para o PMMA
Nome		Comentar se a área em si ou do entorno pode ser considerada um remanescente, qual o estado de conservação da área ou outros fatos de interesse para o plano.

- **Áreas já definidas como prioritárias para conservação**

As áreas já identificadas como prioritárias para conservação em outros planos e estudos podem ser levantadas e tabuladas conforme sugerido a seguir:

Área prioritária	Localização	Interesse para o PMMA
Nome		Comentar o estado de conservação da área, as características que fazem dela prioritária para conservação, potencial de conectividade ou outros fatos de interesse para o plano, e qual plano ou estudo já inclui tal área.

- **Terras públicas**

As terras públicas da União, do estado ou do município podem ser levantadas e tabuladas conforme sugerido a seguir:

Terras públicas	Proprietário (União, Estado, Município)	Interesse para o PMMA
Nome/ localização		Comentar se a área pode ser considerada um remanescente, qual o estado de conservação da área, qual seu potencial para restauração da MA ou outros fatos de interesse para o plano.

- **Viveiros existentes e outras iniciativas**

Os viveiros e iniciativas que possam subsidiar a restauração da Mata Atlântica no município podem ser levantados e tabulados conforme sugerido a seguir:

Viveiro ou iniciativa	Localização	Interesse para o PMMA
Nome		Comentar como o viveiro ou iniciativa pode auxiliar as ações de conservação e restauração da Mata Atlântica do município.

Após discutir as informações do diagnóstico, a equipe deve **caracterizar os remanescentes e as áreas degradadas, tal como se revelam atualmente** (“retrato atual”), descrevendo seu grau de conservação ou degradação.

III.2. SEGUNDA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: VETORES DE DESMATAMENTO OU DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

Este é um ITEM DE LEGISLAÇÃO.

Deve-se determinar os principais fatores de pressão que estão causando ou poderão causar desmatamentos ou degradação adicionais, podendo, portanto, piorar a situação atual de conservação ou prejudicar a restauração das áreas prioritárias de Mata Atlântica no município.

Concentrem-se **apenas** nos projetos e fatores que possam interferir. Empreendimentos, estradas, e outros projetos que não interfiram especificamente com a Mata Atlântica não precisam ser incluídos.

Uma forma de facilitar a elaboração do documento PMMA é resumir os vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa encontrados num quadro, como o exemplo a seguir.

EXEMPLOS DE ASSUNTOS	PROBLEMAS ATUAIS	POTENCIAIS PROBLEMAS (FUTUROS)
Aumento populacional e migrações	Explicar se existem locais com taxa de crescimento populacional mais alto e/ou recebimento de aporte significativo de migrantes	Explicar o que o aumento populacional e de fluxos migratórios impactarão os remanescentes atuais de MA, como maior pressão sobre recursos naturais e demanda por áreas habitáveis e produtivas
Expansão imobiliária urbana regular	Explicar se há interferências de condomínios, loteamentos ou empreendimentos habitacionais existentes nos remanescentes atuais de MA	Explicar quais as interferências de condomínios, loteamentos ou empreendimentos habitacionais e comerciais aprovados ou em aprovação sobre os remanescentes atuais de MA,

EXEMPLOS DE ASSUNTOS	PROBLEMAS ATUAIS	POTENCIAIS PROBLEMAS (FUTUROS)
		como áreas a serem desmatadas devido a determinado(s) empreendimento(s)
Expansão imobiliária urbana irregular (ocupações)	Explicar se há interferências das ocupações irregulares atuais sobre os remanescentes de MA	Explicar quais os impactos do aumento de novas ocupações irregulares, como potencial desmatamento, uso de recursos naturais e impactos decorrentes de ocupações irregulares no entorno ou dentro de áreas verdes e APPs
Expansão imobiliária regular	Explicar se há expansão imobiliária legal que esteja causando desmatamento no presente ou que possa causar desmatamento no futuro	Explicar quais itens de plano diretor ou zoneamento permitem esse desmatamento.
Intensificação da ocupação do solo em áreas rurais	Explicar se há interferências de parcelamento de imóveis rurais, de assentamentos de reforma agrária e de ocupações irregulares sobre os remanescentes de MA	Explicar quais os impactos de projetos aprovados ou previstos de assentamentos, de parcelamento de imóveis rurais, bem como ocupações irregulares no entorno ou dentro de remanescentes de MA, como potencial desmatamento, uso de recursos naturais e impactos
Infraestrutura existente e prevista para transporte de pessoas e produtos	Explicar os impactos de ruas, estradas, avenidas, ferrovias, portos e aeroportos existentes sobre os remanescentes de MA	Explicar os impactos de projetos previstos ou aprovados de ruas, estradas, avenidas, ferrovias, portos e aeroportos sobre os remanescentes de MA
Infraestrutura existente e prevista para geração e transmissão de energia	Explicar os impactos da infraestrutura existente (hidrelétricas, PCHs, parques eólicos, termelétricas, linhas de transmissão etc.) sobre os remanescentes de MA	Explicar os impactos da infraestrutura existente (hidrelétricas, PCHs, parques eólicos, termelétricas, linhas de transmissão etc.) sobre os remanescentes de MA
Infraestrutura de saneamento (água, esgoto, lixo)	Impactos da infraestrutura e/ou da falta de infraestrutura necessária para o saneamento básico (água, esgoto, lixo) sobre os remanescentes de MA, com ênfase em aterros, lixões e descartes de lixo no entorno e nos remanescentes, bem como na poluição dos cursos d'água por esgoto não tratado e uso irregular de água de água.	Impactos de novos projetos de infraestrutura para o saneamento básico (água, esgoto, lixo) sobre os remanescentes de MA, com ênfase em novos aterros, estações de tratamento de água e esgoto, canalização de cursos d'água etc.
Atividades agropecuárias	Impactos decorrentes das atividades agropecuárias atuais, incluindo degradação de remanescentes, erosão do solo, focos de incêndio, invasão de capim etc.	Identificar a intensificação e expansão das atividades agropecuárias e os impactos decorrentes desse processo, como desmatamento, fragmentação etc.
Atividades madeireiras	Impactos decorrentes das atividades madeireiras legais e ilegais, incluindo invasão de espécies exóticas, desmatamento etc.	Impactos decorrentes da expansão das atividades madeireiras legais e ilegais, incluindo desmatamento, fragmentação, perda de biodiversidade, redução de espécies nativas em APP e RL etc.
Atividades minerárias	Impactos decorrentes das atividades minerárias legais e ilegais, incluindo contaminação de água e solo, erosão, degradação etc.	Impactos decorrentes da expansão das atividades minerárias legais e ilegais, incluindo desmatamento, contaminação de água e solo, erosão, degradação etc.
Atividades industriais	Impactos decorrentes das atividades industriais, incluindo poluição do solo, da água e do ar etc.	Impactos decorrentes da expansão das atividades industriais, incluindo desmatamento, poluição do solo, da água e do ar etc.
Serviços e turismo	Impactos decorrentes do setor de serviços, principalmente do turismo, sobre os remanescentes de MA.	Impactos decorrentes da expansão do setor de serviços, principalmente do turismo predatório, sobre os remanescentes de MA.
Caça e extrativismo	Identificar as principais áreas impactadas pela caça e extrativismo	

EXEMPLOS DE ASSUNTOS	PROBLEMAS ATUAIS	POTENCIAIS PROBLEMAS (FUTUROS)
	<i>vegetal, bem como as espécies mais utilizadas</i>	
<i>Captura e tráfico de animais silvestres e plantas nativas</i>	<i>Identificar as principais áreas impactadas pela captura e tráfico de animais silvestres e plantas nativas, bem como as espécies mais visadas</i>	
<i>Mudança do Clima</i>	<i>Identificar os impactos atuais decorrentes das mudanças graduais de temperatura e precipitação pluviométrica, bem como da ocorrência de eventos extremos</i>	<i>Identificar os potenciais impactos decorrentes da continuidade ou aumento das mudanças graduais de temperatura e precipitação pluviométrica, bem como do aumento de eventos extremos</i>
<i>Outros fatores (O GT pode incluir quantos vetores desmatamento ou destruição da vegetação nativa forem necessários)</i>		

III.3 TERCEIRA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: CAPACIDADE DE GESTÃO

Por não ser um item de legislação, há mais flexibilidade neste item. Novamente quadros-resumo pode ajudar o GT a expressar de forma bem resumida o que foi estudado. Sugere-se utilizar dois quadros-resumo: um para o arcabouço legal e outro para a capacidade de gestão.

No quadro para o arcabouço legal, sugere-se que a análise seja breve e inclua somente as principais leis e regulamentos. Se o GT decidir incluir uma lista da legislação e dos planos analisados, ela pode constar no final como um anexo. O GT pode incluir quantos aspectos positivos ou negativos julgar necessários.

Caso o GT tenha utilizado metodologias específicas (por exemplo: FOFA) os recursos dessa metodologia podem ser usados ao invés dos quadros aqui sugeridos.

Principais leis e regulamentos	Aspectos positivos / negativos para o PMMA
<i>Plano diretor</i>	<i>Aspecto positivo 1 Aspecto positivo 2 Aspecto positivo Aspecto negativo 1 Aspecto negativo 2 Aspecto negativo....</i>
<i>Lei de Zoneamento</i>	<i>Aspecto positivo 1 Aspecto positivo 2 Aspecto positivo Aspecto negativo 1 Aspecto negativo 2 Aspecto negativo....</i>
<i>Código de posturas municipais</i>	
<i>Lei de parcelamento do solo</i>	
<i>Lei de gerenciamento de resíduos</i>	
<i>Lei de arborização urbana</i>	
<i>Política de Mudanças climáticas</i>	<i>Descrever se o município tem uma política de mudanças climáticas e como pode ajudar ou bloquear o PMMA.</i>
<i>(O GT pode incluir quantas leis e regulamentos forem necessárias)</i>	

Sugere-se um segundo quadro para analisar como funciona a gestão ambiental no município:

Aspecto da gestão ambiental	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Conselho de Meio Ambiente		
Secretaria de Meio Ambiente ou equivalente – recursos humanos		
Secretaria de Meio Ambiente ou equivalente – recursos financeiros		
Secretaria de Meio Ambiente ou equivalente – infraestrutura e sistema de dados e informações		
Outras secretarias – infraestrutura		
Outras secretarias – recursos humanos e financeiros		
Capacidade de articulação – Universidades e institutos de pesquisa		
Capacidade de articulação – ONGS		
Capacidade de articulação – agentes econômicos		
Capacidade de articulação – outros níveis de governo		
(O GT pode incluir quantos aspectos de gestão ambiental forem necessários)		

Levantar e avaliar a capacidade e demanda da gestão municipal para a elaboração e implementação do PMMA, incluindo:

- Fontes de financiamento existentes e potenciais;
- Pessoal disponível e necessário;
- Equipamentos disponíveis e necessários;
- Serviços externos atuais e desejáveis.

Aspecto da gestão ambiental	Existentes	Potenciais/desejáveis
Recursos financeiros		
Fontes de financiamento		
Pessoal		
Equipamentos		
Infraestrutura		
Serviços externos		

III.4 QUARTA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: PLANOS E PROGRAMAS

Este também não é um item de legislação, por isso há bastante flexibilidade. Sugere-se que análise seja bem resumida e que somente os planos e programas principais existentes sejam incluídos.

Caso o GT tenha utilizado metodologias específicas (por exemplo: FOFA) os recursos dessa metodologia podem ser usados ao invés dos quadros aqui sugeridos.

PLANOS / PROGRAMAS	COMENTÁRIOS POSITIVOS/ NEGATIVOS QUE AFETAM O PMMA
Plano Diretor Municipal	
Plano Municipal de Saneamento Básico	
Plano Municipal de Redução de Riscos	
Plano de Bacia Hidrográfica (pode haver mais de um plano)	
Planos de Manejo de Unidades de Conservação (pode haver mais de um)	
Estudos para criação de Unidades de Conservação	
Planos federais ou estaduais com impacto sobre a Mata Atlântica, como Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE etc.	
Programas e atividades de Educação Ambiental	
Outros	

III.5. SISTEMATIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A sugestão é que se faça uma análise do diagnóstico, de modo a apontar os desafios e oportunidades para o PMMA do município. Uma análise FOFA pode ser realizada (não obrigatório) com o GT e em oficinas participativas e resumida em um quadro como o exemplo abaixo, por eixos temáticos de maior relevância para o município ou geral, levando em conta as quatro dimensões do diagnóstico.

Exemplo: Eixo temático Desenvolvimento Urbano

Ambiente Interno	Ambiente Externo
Pontos Fracos: - Ocupações irregulares em APPs e áreas de risco - Saneamento básico - Expansão urbana em áreas de MA 	Ameaças: - Duplicação de rodovia x - Mudança do clima – ampliação de eventos extremos de precipitação ...
Pontos Fortes: - Plano Diretor em revisão - Arborização urbana - Presença de áreas verdes urbanas 	Oportunidades: - Criação de UC estadual limitando expansão urbana - Projeto de saneamento em implantação pelo Estado

Exemplo: Eixo temático Recursos Naturais

Ambiente Interno	Ambiente Externo
Pontos Fracos: - Captações irregulares de água - APPs desprotegidas (ausência de matas ciliares) 	Ameaças: - Existência de espécies exóticas invasoras - Turismo de massa ...
Pontos Fortes: - Biodiversidade dos remanescentes - Existência de lei de PSA 	Oportunidades: - Recursos provenientes de royalties - ICMS ecológico

Exemplo: Eixo temático Gestão Ambiental

Ambiente Interno	Ambiente Externo
Pontos Fracos: - Equipe reduzida na prefeitura - Falta de equipamentos e capacitação para mapeamentos e monitoramentos 	Ameaças: - Política estadual de desenvolvimento regional equivocada - Ausência de plano de bacia hidrográfica ...
Pontos Fortes: - Conselho de Meio Ambiente engajado - Parcerias com universidades para pesquisas e monitoramentos - Programa de educação ambiental em execução 	Oportunidades: - Ampliação da atuação de órgãos de assistência técnica rural no município - CAR

IV. OBJETIVOS PMMA

Listar os objetivos específicos do PMMA no município.

Se o processo de construção do Plano tiver utilizado outras ferramentas, como o desenho de cenários e visão de futuro, essas informações podem constar nesse item.

V. ÁREAS PRIORITÁRIAS

V.1 RESUMO DOS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

Pode-se incluir um resumo dos critérios de priorização.
(Sugestão de tamanho: máximo 1 página)

V.2 LISTA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

Este é um ITEM DE LEGISLAÇÃO. Embora a legislação não exija que no plano se incluam justificativas e grau de prioridade, é recomendado que isso esteja no PMMA. O Grau de prioridade pode ser simplesmente "extremamente alto", "muito alto" ou "alto", ou pode ser utilizado o resultado de alguma metodologia específica que o GT tenha utilizado na priorização, tais como notas ou graus de risco.

Área (nome ou número no mapa)	Grau de Prioridade	Justificativa	Ações Relacionadas
Ex. APP da Fazenda Manacá – Código no mapa: AR (área recuperação)-01	Extremamente alta	Nascente do rio Manacá que abastece a cidade e que atualmente encontra-se desprotegida por vegetação nativa.	Código das ações relacionadas
Ex. Parque Jatobá – ACR (área de conservação e recuperação)-02	Alta	Remanescente de floresta em área de expansão urbana, importante para qualidade de vida, que necessita de proteção e recuperação.	
Ex. Mata Macaco-Prego – AC (área conservação)-03	Muito alta	Remanescente de floresta em estágio médio de regeneração, com a presença de espécie de macaco ameaçada de extinção.	

Obs: Alguns municípios podem optar por concentrar as áreas prioritárias em um mapa só, ou até criar categorias diferentes, como por exemplo, áreas para conservação e recuperação (quando se tratar de um fragmento que necessita de conservação e recuperação sem dividi-lo).

VI. AÇÕES PRIORITÁRIAS

As ações podem ser listadas, e a sugestão é que se utilize um quadro como o que segue. No Plano de Ação são detalhadas estratégias e ações para alcançar os objetivos definidos para o PMMA (item IV). Outras formas como cronograma, Matriz lógica, entre outras, podem ser utilizadas também. Dicas:

- Cada objetivo pode ter uma ou mais estratégias
- Cada estratégia pode ter uma ou mais ações
- As metas devem ser quantitativas sempre que possível

Exemplo: Objetivo – Melhorar a qualidade das áreas verdes e arborização urbana.

Ações	Metas	Grau de Prioridade	Justificativas	Atores envolvidos	Previsão de Recursos e Fontes	Prazos	Áreas relacionadas
Estratégia 1 - Elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana							
Firmar parcerias para apoio à elaboração e implantação do Plano (Universidades, Instituições de Ensino, ONGs...)	Três parcerias firmadas	Alta	Baixa quantidade de árvores em meio urbano	universidades; ongs; Secretarias;	Medidas Compensatórias das empresas	até ano x	-

Ações	Metas	Grau de Prioridade	Justificativas	Atores envolvidos	Previsão de Recursos e Fontes	Prazos	Áreas relacionadas
Utilizar espécies da Mata Atlântica em áreas municipais	Utilização de 100% de espécies nativas plantadas em áreas municipais	Alta	Menor custo; Adequação das espécies com o meio onde serão plantadas	Prefeitura; ONGs;	Dotação orçamentária	Contínuo	Área X, Y
Buscar parcerias para criação do Viveiro Municipal/ Horto Florestal, com produção de mudas nativas não só para o Plano de Arborização Urbana, mas também demais ações de restauração do PMMA.	Criação do viveiro	Média	Inexistência de viveiro municipal/ fornecimento de mudas para o Plano de Arborização e criação de áreas verdes e paisagismo.	Prefeitura; órgão de extensão rural; governo do estado etc.	Empresas com atividades no Município; Convênios	ano x, Contínuo	
Catalogar espécies existentes e matrizes de sementes na Mata Atlântica, viabilizando a utilização das mesmas no Plano de Arborização	Obter registros de espécies que vão compor o projeto; obter registro de matrizes de sementes para o viveiro	Média	Melhor utilização e adequação das espécies às áreas onde serão utilizadas	Prefeitura; Instituições de pesquisa	Dotação orçamentária	ano x	Área Y, Z
Elaborar Plano de Arborização Urbana, incluindo praças, vias públicas, orla, escolas e outras áreas públicas	Plano elaborado e em implementação	Alta	Melhorar a qualidade de vida; Proporcionar embelezamento da cidade; atrativo turístico	Prefeitura (Projetos com especificações técnicas), envolvendo todas as praças; Empresas (parcerias com recursos e até mesmo mão de obra); ONGs	Recurso Municipal com previsão orçamentária; Compensação Ambiental; Parcerias de empresas com divulgação de suas marcas nas praças	ano x, contínuo	
Estratégia 2 - incentivar construções ecologicamente corretas							
Criar "IPTU Verde", com desconto de IPTU para construções que mantenham taxas de permeabilidade, arborização, reuso de água.							

Obs: podem ser inseridos símbolos quando se tratar de ação que tenha relação com Mudança do Clima.

VI. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

VI.1 MONITORAMENTO

O monitoramento deve acompanhar as estratégias, e apresentar indicadores, forma de medição, métodos de medição, etc.

A avaliação consiste em dizer se os resultados estão satisfatórios, as “carinhas” são uma forma simples de deixar bem clara a conclusão.

Estratégia	Ação	Indicador	Metas	Fonte de informação / como medir
Estratégia 1	Geral da estratégia	% área do município coberta por Mata Atlântica	X% até Ano x Y% até ano y Z% até ano z	Área medida de acordo com levantamento aerofotogramétrico
	Ação 1.1	Número de árvores plantadas	X árvores até ano x Y árvores até ano y Z árvores até ano z	Árvores contadas conforme relatórios de replantio (somar todos os projetos).
		% do orçamento previsto gasto com plantio de árvores	X% até ano x X+Y% até ano y 100% até ano z	Valores gastos de acordo com notas fiscais de prestação dos serviços envolvidos + custos de materiais e mão-de-obra próprios.
		Custo por árvore plantada	Máximo X R\$ / árvore plantada	R\$ gastos total / total de árvores plantadas
	Ação 1.2			
Estratégia 2	Geral			
	Ação 2.1			
	Ação 2.2			
(...)				

VI.2 AVALIAÇÃO

Recomenda-se que o plano descreva os ciclos de avaliação previstos.

Ciclo de avaliação	Objetivo	Quem realiza	Resultado
Mensal	Operacional – ações.	Áreas responsáveis	Correções e melhorias no andamento das ações
Trimestral	Operacional – ações	Secretaria do Meio Ambiente	Correções e melhorias no andamento das ações
Anual	Estratégico – andamento geral do PMMA	Conselho de Meio Ambiente	Correções e melhorias nas metas e na articulação política
6 anos	Estratégico – andamento geral do PMMA	Secretaria do Meio Ambiente	Revisão geral do PMMA

VII. ANEXOS

Os anexos sugeridos para o plano são:

Anexo I – lista da legislação considerada

Anexo II – Mapas detalhados que não caibam no texto principal

Anexo III – Resultados detalhados de ferramentas de diagnóstico e análise – FOFA, Metaplan, Análises de Risco, etc.

ANEXOS**ANEXO I: Legislação Ambiental relacionada ao PMMA***(ATUALIZAR NA ÉPOCA DA ELABORAÇÃO DO PLANO)***Legislação Federal:**

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição Federal 1988	Constituição Federal	Geral
Lei 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	Política Nacional de Meio Ambiente
Lei 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências	Mudanças Climáticas
Decreto 7.390/2010	Regulamenta os artigos 6º, 11 e 12 da Lei 12.187/ 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências	Mudanças Climáticas
Lei 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Lei 10.257/2001	Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - ESTATUTO DAS CIDADES	Política Urbana
Lei 12.651/2012	Dispõe sobre a Proteção da Vegetação Nativa – NOVO CÓDIGO FLORESTAL	Lei Florestal
Lei 12.727/2012 (antiga MP 571/2012)	Altera a Lei 12.651/2012	Lei Florestal
Decreto 2.519/98	Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica	Diversidade Biológica
Decreto 4.703/2003	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências	Diversidade Biológica
Decreto 4.339/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade	Biodiversidade
Lei 11.428/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências – LEI DA MATA ATLÂNTICA	Mata Atlântica
Decreto 6.660/2008	Regulamenta dispositivos da Lei 11.428/2006.	Mata Atlântica
Decreto 7.830/2012	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei 12.651/2012, e dá outras providências	Cadastro Ambiental Rural
Decreto 8.235/2014	Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto 7.830/2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências	Regularização Ambiental
Decreto 7.029/2009	Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente"	Regularização Ambiental
Lei Complementar 140/2011	Regulamenta o artigo 23 da Constituição Federal (cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e competência comum relativas à proteção do meio ambiente)	Competência comum - Entes Federativos
Lei 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências - SNUC	Áreas Protegidas
Decreto 4.340/2002	Regulamenta artigos da Lei 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências	Áreas Protegidas
Decreto 5.758/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências;	Áreas Protegidas

NORMA	EMENTA	TEMA
Decreto 5.092/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente	Áreas prioritárias para conservação
Lei 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDP; altera as Leis 10.683/2003, 5.868/1972, 9.605/1998, 4.771/1965, 6.938/1981, e 6.015/1973; e dá outras providências - LEI DE FLORESTAS PÚBLICAS	Concessão - Florestas Públicas
Lei 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências	Educação Ambiental
Lei 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. – LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Crimes Ambientais
Decreto 6.514/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências	Crimes Ambientais
Lei 11.326/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	Agricultura Familiar
Decreto 6.698/2008	Declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras Santuário de Baleias e Golfinhos do Brasil	Águas Marinhas
Decreto 6.666/2008	Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, e dá outras providências	Dados Espaciais
Lei 9.790/1999	Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	OSCIPs
Decreto 3.100/1999	Regulamenta a Lei 9.790/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	OSCIPs
Decreto 6.040/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Povos e Comunidades Tradicionais
Lei 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA	Publicidade das informações
Lei 10.711/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências	Sementes e Mudanças

Regulamentos federais:

NORMA	EMENTA	TEMA
Resolução do CONAMA 003/1996	Define vegetação remanescente de Mata Atlântica, com vistas à aplicação de Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993.	Mata Atlântica
Resolução do CONAMA 10/1993	Estabelece os parâmetros para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica. (Altera a Resolução 04/1985. Complementada pelas Resoluções 01, 02, 04, 05, 06, 12, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 de 1994; 07/1996, 261/1999, 391 e 392/2007. Alterada pela Resolução 11/1993. Convalidada pela Resolução 388/2007)	Mata Atlântica
Resolução do CONAMA 338/2007	Dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no artigo 4º § 1º da Lei 11.428/2006. Essa resolução está vigente, pois a resolução (400/2008) que a revogou, foi revogada pela 407/2009	Mata Atlântica

NORMA	EMENTA	TEMA
Resolução do CONAMA 417/2009	Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica. (Complementada pelas Resoluções nº 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447 e 453 de 2012.)	Mata Atlântica
Resolução do CONAMA 423/2010	Dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pela Mata Atlântica.	Mata Atlântica/Campos de Altitude
Resolução do CONAMA 028/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Alagoas.	Mata Atlântica/AL
Resolução do CONAMA 005/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado da Bahia.	Mata Atlântica/BA
Resolução do CONAMA 025/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Ceará.	Mata Atlântica/CE
Resolução do CONAMA 029/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, considerando a necessidade de definir o corte, a exploração e a supressão da vegetação secundária no estágio inicial de regeneração no Estado do Espírito Santo.	Mata Atlântica/ES
Resolução do CONAMA 392/2007	Define vegetação primária e secundária de regeneração de Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais.	Mata Atlântica/MG
Resolução do CONAMA 030/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Mato Grosso do Sul.	Mata Atlântica/MS
Resolução do CONAMA 391/2007	Define vegetação primária e secundária de regeneração de Mata Atlântica no Estado da Paraíba.	Mata Atlântica/PB
Resolução do CONAMA 031/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Pernambuco.	Mata Atlântica/PE
Resolução do CONAMA 026/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Piauí.	Mata Atlântica/PI
Resolução do CONAMA 006/1994	Estabelece definições e parâmetros mensuráveis para análise de sucessão ecológica da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.	Mata Atlântica/RJ
Resolução do CONAMA 032/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Rio Grande do Norte.	Mata Atlântica/RN
Resolução do CONAMA 033/1994	Define estágios sucessionais das formações vegetais que ocorrem na região de Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul, visando viabilizar critérios, normas e procedimentos para o manejo, utilização racional e conservação da vegetação natural.	Mata Atlântica/RS
Resolução do CONAMA 004/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Santa Catarina;	Mata Atlântica/SC
Resolução do CONAMA 034/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Sergipe.	Mata Atlântica/SE
Resolução do CONAMA 001/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.	Mata Atlântica/SP
Resolução do CONAMA 002/1994	Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado do Paraná.	Mata Atlântica/PR
Resolução do CONAMA 261/1999	Aprova parâmetro básico para análise dos estágios sucessivos de vegetação de restinga para o Estado de Santa Catarina.	Restinga/SC

NORMA	EMENTA	TEMA
Resolução do CONAMA 007/1996	Aprova os parâmetros básicos para análise da vegetação de restingas no Estado de São Paulo.	Restinga/SP
Resolução do CONAMA 303/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de APPs – Áreas de Preservação Permanentes.	Área de Preservação Permanente/APP
Resolução do CONAMA 369/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente.	Área de Preservação Permanente/APP
Resolução no 429/2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs.	Área de Preservação Permanente/APP
Resolução do CONAMA 302/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.	Reservatórios Artificiais/APP
Resolução do CONAMA 357/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução do CONAMA 396/2008	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução do CONAMA 397/2008	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 357/2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. (Alterada pela Resolução 410/2009)	Recursos Hídricos
Resolução do CONABIO 04/2006	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	Mudanças Climáticas
Resolução do CONABIO 03/2006	Dispõe sobre Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010.	Biodiversidade
Portaria do MMA 09/ 2007	Reconhece áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira	Áreas prioritárias para conservação
Instrução Normativa do ICMBIO 05/2008	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal	Unidades de Conservação
Instrução Normativa do IBAMA 62/2005	Estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes ao processo de criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.	RPPN
Resolução do CONAMA 009/1996	Define “corredor de vegetação entre remanescentes” como área de trânsito para a fauna.	Corredor Ecológico
Portaria MMA 43/2014:	Institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, com o objetivo de adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão, com vistas a minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies.	Fauna e Flora
Resolução CONABIO 05/2009	Dispõe sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras	Fauna e Flora
Portaria MMA 443/2014:	Reconhecer como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo à presente Portaria, que inclui o grau de risco de extinção de cada espécie, em observância aos artigos 6º e 7º, da Portaria 43/2014.	Flora
Instrução Normativa do MMA 03/2003	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa	Fauna
Instrução Normativa do MMA 05/2004	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa.	Fauna
Instrução Normativa do MMA 06/2008	Reconhece Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção.	Fauna
Portaria 444/2014	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos artigos 6º e 7º, da Portaria 43/2014.	Fauna

NORMA	EMENTA	TEMA
Resolução do CONAMA 425/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de e outras de uso limitado.	Agricultura familiar

Acordos Internacionais:

NORMA	EMENTA	TEMA
Convenção de Washington 12/10/1940	Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países de América.	Fauna/Flora
Convenção das Nações Unidas sobre a Conservação da Biodiversidade – 1992	Convenção das Nações Unidas sobre a Conservação da Biodiversidade – 1992	Biodiversidade
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – 1992	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – 1992	Mudanças Climáticas

As leis e regulamentos federais podem ser encontradas nos seguintes websites oficiais:

Presidência da República: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 Ministério do Meio Ambiente - <http://www.mma.gov.br/port/conama/>
 IBAMA - <http://www.ibama.gov.br/sophia/index.html>
 ICMBIO - <http://www.icmbio.gov.br/portal/legislacao1/leis>

(INCLUIR LEGISLAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL)

As normas estaduais normalmente podem ser encontradas nos websites oficiais dos governos de Estado e Assembleias ou Câmaras Legislativas Estaduais, bem como nos sites das Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores.

